

**ACTA Nº 07/2009**

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DEZ DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE.** -----  
-----

Aos dez dias do mês de Agosto do ano dois mil e nove, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

-----**Ponto 1** - Apreciação e Votação do Contrato de Gestão, dos Estatutos da Empresa Geral de Parceria e da adesão do Município, e do Acordo Parassocial entre AdP e os Municípios, no âmbito do Contrato da Parceria entre o Governo e os Municípios para gestão das redes de baixa de água e saneamento básico, ao abrigo do Decreto-Lei 90/2009, de 9 de Abril, e das deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

**Ponto 2** - Apreciação e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal. -----  
---

**COMPOSIÇÃO DA MESA.** -----  
-----

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelos primeiros e segundos secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----  
----

**PRESENÇA DO EXECUTIVO.** -----  
----

Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara e os Vereadores, Fernando Caçoilo, João Oliveira, Marcos Ré e Margarida São Marcos. Estiveram ausentes os Vereadores António Pedro Martins e Paulo Costa. -----  
----

**FALTAS**-----  
-----

Rui Pereira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião. Por esse motivo é substituído pelo que se lhe segue na lista, José Costa. -----  
-----

Fernando Nascimento, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, em virtude de se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. --  
--

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a falta justificada de Hugo Coelho e a presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Hernâni Santo, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Manuel Soares, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Manuel Pata, Nuno Torres, Maria de Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, Eduardo Ferreira, José Costa, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----  
----

A reunião teve início às 21H30. -----  
----

**Ponto 1- Apreciação e Votação do Contrato de Gestão, dos Estatutos da Empresa Geral de Parceria e da adesão do Município, e do Acordo Parassocial entre AdP e os Municípios, no âmbito do Contrato da Parceria entre o Governo e os Municípios para gestão das redes de baixa de água e saneamento básico, ao abrigo do Decreto-Lei 90/2009, de 9 de Abril, e das deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal.** -----  
-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:** -----

-----  
**1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começa por dizer que no passado dia 29 de Julho deu-se o acto formal da Assinatura do Contrato de Parceria entre o representante do Governo, o Ministro do Ambiente e os nove Municípios aderentes, sendo esta parceria pioneira em Portugal. -----

-----  
Explica que o Acordo Parassocial define um conjunto de regras para a gestão da administração da empresa gestora da parceria. -----

-----  
Conforme a Lei prevê apresenta os documentos para análise e votação dos membros, o qual após a sua aprovação passar-se-á à criação formal da empresa e acto imediato da Assinatura do Contrato de Gestão e que terá um período de instalação de 6 meses. -----

-----  
**O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

-----  
**1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----

-----

**FLOR AGOSTINHO:** Entende que depois da aprovação do Contrato de Parceria é normal este procedimento administrativo, destacando que envolve três entidades: Estado Português, Municípios e as Águas da Região de Aveiro. -----

-----  
Quanto à situação dos trabalhadores, indica que é decisão deles a adesão à nova empresa, mas crê que a maioria o faça porque os seus rendimentos serão superiores. -----

-----  
Feita a avaliação aos documentos apresentados, verifica que vai ao encontro dos interesses dos municípios e por isso votará favoravelmente.

**HUMBERTO ROCHA:** Afirma que continua com as mesmas dúvidas, entendendo que a discussão deste assunto deveria ser mais prolongada. No entanto, chama à atenção que as taxas de água que terão um aumento substancial. Questiona qual a realidade, caso haja privatização das Águas de Portugal, visto que detém 51% da empresa.

**JOSÉ LOUREIRO:** Dada esta sociedade ser anónima e as Águas de Portugal ser um dos sócios, pergunta quem são os restantes.

Solicita informação sobre o número de trabalhadores previstos para esta empresa, bem como qual o aumento dos preços da água e saneamento.

Termina dizendo que não entende a rapidez no tratamento administrativo deste processo, visto que as eleições estão calendarizadas para breve.

**EDUARDO FERREIRA:** No seguimento da aprovação do Contrato de Parceria e conforme documentos apresentados, diz que os Estatutos apresentados não identificam o local da sede e o objecto social não refere a gestão do saneamento básico mas sim a gestão e serviços de águas do SARA.

Indica que o capital social inicial não está definido ou apresentado na sua totalidade nos Estatutos, nem nos diversos representantes da sociedade.

Da sua análise verifica que há acções de classe A e B nesta sociedade, sendo as B ao portador, perguntando o porquê dado que não são identificáveis.

Conforme o art.º8 do n.º6, diz que o accionista pode transferi-las para outra entidade. Por isso, questiona se as acções do Município serão sempre tituladas.

Sobre o acordo Parassocial é um direito absoluto da Águas de Portugal porque têm maioria e por isso, entende que terão sempre a última palavra.

Não está definida a data de celebração do contrato de Gestão e sendo as Águas da Região de Aveiro gestora da recolha das águas residuais e distribuidora das água, questiona a não confiança da gestão financeira aos municípios.

Chama à atenção para o facto de o Contrato mencionar a gestão por 50 anos e os Estatutos referir que a duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

Termina dizendo que o CDS votou contra a Parceria Empresarial, e com os Estatutos e Contrato deixará a responsabilidade a quem entender.

**Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões:** -----  
-----

**2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Da intervenção do membro Flor Agostinho, diz que Portugal tem um problema grave de gestão de águas residuais e de consumo, isto é há cidadãos a pagar muito mais pela água do que outros. Por isso, o que se pretende é equilibrar a sociedade nesta matéria, avançando para parcerias que possam candidatar-se a Fundos Comunitários.

Responde ao membro José Loureiro que se perspectiva que 70% dos trabalhadores irão aceitar trabalhar na nova empresa. A empresa terá como sede provisória as instalações da SIMRIA, passando mais tarde para aquela que futuramente se escolher. O Capital Social dos Municípios é de 7,35 milhões de euros, sendo a parte de Ílhavo correspondente a 1 milhão e 500 mil euros. A opção de 50 anos foi muito discutida, visto que para a empresa poder crescer teria de ter tempo, e por isso optou-se pelo procedimento normal de criação de empresa, que é tempo indeterminado.

**O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----  
-----

**2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----  
-----

**JOSÉ LOUREIRO:** Chama à atenção para o período de gestão da empresa de 50 anos, quando se diz que por um período de 10 anos não se prevê privatização das Águas de Portugal.

**FLOR AGOSTINHO:** Indica que os prazos mencionados são baseados sempre em previsões, visto que a realidade actual pode ser bem diferente da dos próximos anos. E como os Fundos do QREN têm prazos nós temos de ser rápidos nas decisões, visto que quem chega primeiro é que leva a maior fatia.

**EDUARDO FERREIRA:** Chama à atenção para a falta de comentário sobre pormenor das acções da empresa que referiu anteriormente.

**Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões:** -----  
-----

**3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Explica que a Comissão da Parceria é constituída por um representante dos Municípios, um representante do Governo e um outro escolhido de comum acordo, com carisma de desempate. Esta Comissão servirá para acompanhar o desempenho da empresa, por aqueles que fazem parte da Sociedade.

**VOTAÇÃO:** Submetido a votação, foi aprovado por maioria, com quinze (15) votos a favor do PSD, seis votos contra (1 CDU + 5 PS) e três (3) abstenções dos membros Eduardo Ferreira, Domingos Vilarinho e Manuel Pata. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----  
-----

**Ponto 2 - Apreciação e Votação da Alteração ao Mapa de Pessoal.** -----  
-----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:** -----  
-----

**1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** A apresentação da alteração do Mapa de Pessoal vem no seguimento das recomendações da Auditoria em terminar com os contratos de avença, regularizar

contratos a termo daqueles de quem necessitamos das funções e a admissão de estagiários do PEPAL em áreas técnicas necessárias à Câmara Municipal. Resumidamente diz que foram suprimidos 13 lugares existentes e criados outros 17, dando resposta a um conjunto de necessidades funcionais, abrindo os respectivos concursos de pessoal.

Chama à atenção para o aumento de número de professores, porque tem havido um aumento da adesão de alunos às Actividades de Enriquecimento Curricular.

**O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----  
-----

**1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----  
-----

**HUMBERTO ROCHA:** Indica que por se estar a dar cumprimento a uma recomendação da Auditoria, irão votar favoravelmente.

**FLOR AGOSTINHO:** Enaltece a postura da Câmara Municipal ao transformar trabalho precário em efectivo. Lamenta que esta postura não seja generalizada, visto que a Administração Pública deveria também receber recomendações desta natureza, dado que é usual o recorrer indiscriminadamente ao prestador de serviço.

Assim, diz que esta é a medida mais correcta a ser aplicada.

**Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões:** -----  
-----

**2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Agradece a intervenção explicativa do membro Flor Agostinho dizendo que dos 17 lugares a criar, apenas 5 são para por fim a trabalho por avença.

**O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais. Não tendo havido inscrições, deu-se de imediato a votação.** -----  
-----

**VOTAÇÃO:** Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa informou que terminado a discussão da Ordem do Dia e como não havendo público para intervir, deu por finda a reunião pelas 22H50 do dia. -----  
-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----  
---

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O 1º Secretário \_\_\_\_\_

**ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 11/09/09.**